



DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Porto Velho, 17 de setembro de 2024.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “a” da Lei 14.133/21)

Contratação dos serviços de fornecimento de água tratada e/ou esgotamento sanitário para atender os prédios do Ministério Público do Estado de Rondônia (MPRO), situados em Porto Velho e nas Promotorias de Justiça das cidades de Cerejeiras, Colorado do Oeste, Costa Marques, Espigão do Oeste, Ji-Paraná, Machadinho do Oeste, Nova Mamoré, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Santa Luzia do Oeste e São Miguel do Guaporé, de acordo com tabela abaixo e com as especificações e exigências contidas neste Termo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND DE MEDIDA	QTDE
1	Fornecimento de água tratada e/ou esgotamento sanitário.	serviço	16

1.1. Informações complementares

- 1.1.1.** A contratação contempla o quantitativo de 16 (dezesseis) serviços, haja vista o número de imóveis do Ministério Público do Estado de Rondônia, na capital e interior, conforme relação constante no item 5.2. deste termo de referência;
- 1.1.2.** O prazo de vigência da contratação é indeterminado contado a partir de 01/01/2025, na forma do inciso II do artigo 94 e art. 109 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 1.1.3.** O contrato será automaticamente rescindido, independentemente de termo aditivo, quando o objeto (serviço) passar a ser prestado por empresa diversa, através de regime de concessão ou permissão, nos termos do art. 175 da Constituição Federal.

1.2. Parcelamento do Objeto (Art. 18, §1º, VIII, Art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei 14.133/2021)

A contratação atenderá o princípio do parcelamento do objeto, uma vez que se trata de item único.

1.3. Serviço de Luxo (Art. 20 da Lei nº 14.133/2021)

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, conforme Decreto nº 10.818 de 27.09.2021.

1.4. Custo Estimado (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “i” da Lei 14.133/21)

O custo total estimado da contratação é de **R\$ 327.738,48** (trezentos e vinte e sete mil setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos), conforme cálculo constante no item 5 do DFD (1767290).

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, Inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021)

2.1. Justificativa da Contratação

Garantir o fornecimento contínuo de água tratada e/ou esgotamento sanitário para o atendimento das necessidades hídricas dos prédios do Ministério Público do Estado de Rondônia na Capital e nas Promotorias de Justiça localizadas no Interior.

2.2. Enquadramento com Plano de Contratações Anual (PCA)

O objeto desta contratação está devidamente previsto no “Plano de Contratações Anual”.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea ‘c’, e Art. 40, §1º, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

Trata-se de serviço prestado por concessionária autorizada (monopólio), a ser contratado mediante inexigibilidade de licitação, conforme previsão do art. 74, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, visto a inviabilidade de competição.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21)

4.1. Sustentabilidade

A Contratada deverá implementar quesitos de sustentabilidade e de economia alinhados às diretrizes e aos objetivos dispostos nos Arts. 5º e 11, IV, da Lei nº 14.133/2021, especialmente no uso racional dos recursos naturais disponíveis e a redução de desperdícios.

4.2. Indicação de Marca/Modelo (Art. 41, Inciso I, alíneas “a”, “b”, “c” e “d” da Lei nº 14.133/21)

Posto se tratar de serviço, não se aplica indicação de marca/modelo referencial na presente contratação.

4.3. Vedação de Marca/Produto (Art. 41, Inciso III, da Lei nº 14.133/21)

Posto se tratar de serviço, não se aplica vedação de marca/modelo na presente contratação.

4.4. Exigência de Amostra (Art. 17 §3º, Art. 41 Inciso II, Art. 42 §2º e §3º da Lei nº 14.133/21)

Posto se tratar de serviço, não se aplica exigência de amostra na presente contratação.

4.5. Subcontratação (Art. 122, §2º da Lei nº 14.133/21)

Por se tratar serviços contínuos prestados por concessionária de serviço público em regime de monopólio, não será admitida a subcontratação do objeto.

4.6. Garantia da Contratação (Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21)

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, visto que pelas características do objeto da contratação o risco de inexecução e/ou inadimplemento é baixo.

4.7. Vistoria (Art. 63, §2º da Lei nº 14.133/21)

Em razão da natureza do objeto, não se aplica a exigência de vistoria nesta contratação.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Arts. 6º, XXIII, Alínea “e” e Art. 40, §1º, Inciso II, da Lei nº 14.133/2021)**5.1. Prazo de Execução**

O prazo de execução dos serviços será por tempo indeterminado, conforme art. 109 da Lei n. 14.133/2021.

5.2. Local de Execução

Os serviços serão prestados nos prédios do Ministério Público do Estado de Rondônia e seus anexos na Capital, bem como nas Promotorias de Justiça do Interior do Estado, conforme abaixo:

Nº	Matrícula	Local	Endereço
1	1397.8	Procuradoria-Geral de Justiça (Edifício-Sede) – Porto Velho/RO	Rua Jamari, 1555 - Olaria - Porto Velho/RO, 76801-314
2	259265.7	Anexo IV MPRO (Rua Tabajara)	Rua Tabajara, 834 - Olaria - Porto Velho/RO, 76801-316
3	1377.3	Edifício Garagem do MPRO - Porto Velho/RO	Rua Jamari, 1556 - Olaria - Porto Velho/RO, 76801-314
4	1235.1	Escola de Governo do MPRO - EMPRO	Rua José Camacho, nº 1112, Pedrinhas, CEP:76.801-917
5	9487.0	Depósito do MPRO - Porto Velho/RO	Rua Tenreiro Aranha, 2149 - Centro - Porto Velho/RO, 76801-092
6	253659-5	Promotoria de Justiça de Cerejeiras	Av. dos Estados, S/N - Setor 1 - Cerejeiras/RO, 76997-000
7	150218.2	Promotoria de Justiça de Colorado do Oeste	Av. Paulo de Assis Ribeiro, 4078 - Centro - Colorado do Oeste/RO, 76993-000
8	181350.1	Promotoria de Justiça de Costa Marques	Av. Chianca, 1175 - Setor 2 - Costa Marques/RO, 76937-000
9	241706.5	Promotoria de Justiça de Espigão do Oeste	Rua Vale Formoso, 1951 - Vista Alegre - Espigão do Oeste/RO, 76974-000
10	70873.9	Promotoria de Justiça de Ji-Paraná	Rua Seis de Maio, 565 - Urupa - Ji-Paraná/RO, 76900-259
11	177325.9	Promotoria de Justiça de Machadinho do Oeste	Av. Rio de Janeiro, 3048 - Centro - Machadinho do Oeste/RO, 76868-000
12	03491916-3	Promotoria de Justiça de Nova Mamoré	Av. Dom Pedro II, S/N, Bairro: João Francisco Clímaco
13	120657.5	Promotoria de Justiça de Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, 111 - União - Ouro Preto do Oeste/RO, 76920-000
14	232582.9	Promotoria de Justiça de Presidente Médici	Rua Otavio Rodrigues de Matos, 1193 - Centro - Presidente Médici/RO, 76916-000
15	245480.7	Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Oeste	Rua Osias de Oliveira, 2565 - Setor 02 - Santa Luzia do Oeste/RO, 76950-000
16	227505.8	Promotoria de Justiça de São Miguel do Guaporé	Av. Cap. Silvio, 1410 - Cristo Rei - São Miguel do Guaporé/RO, 76932-000

5.3. Recebimento

a) O recebimento do objeto se dará de forma provisória e definitiva, pelos chefes de cartórios, no caso das Promotoria de Justiça do Interior, e pelos chefes das Seções responsáveis pelas unidades de Porto Velho.

b) Na hipótese de qualquer divergência aos termos pactuados, não ocorrerá o recebimento definitivo, sendo o fornecedor notificado para, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação, proceder à regularização, sem ônus para o MPRO, observado a disposição do art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

6. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO (Art. 40, §1º, Inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021).**7.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do Inciso I, do Art. 74 da Lei nº 14.133/2021, conforme “atestado/carta/declaração de exclusividade” juntada aos autos.

7.2. Condições de Habilitação

As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinado na Lei nº 14.133/2021 e Resolução nº 22/2023-PGJ.

7.3. Habilitação Técnica

O fornecedor deverá apresentar “atestado/carta/declaração de exclusividade” do objeto ofertado que comprove a exclusividade constante no Inciso I, do Art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

8. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência do contrato será indeterminado, contado a partir de 01/01/2025, na forma do inciso II do artigo 94 e art. 109 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (Art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

Abaixo a designação dos servidores que atuarão como gestores e fiscais do contrato, em conformidade às normativas vigentes e “Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do MPRO”:

- Gestor: Chefe da Seção de Infraestrutura;
- Gestor Substituto: Servidor indicado pelo gestor do contrato;
- Fiscal: Nos prédios do MPRO na capital, o contrato terá como fiscal servidor indicado pelo gestor do contrato, nas Promotorias de Justiça do Interior, será o(a) Chefe de cartório;
- Fiscal Substituto: preferencialmente, o servidor que for indicado pelo Fiscal no momento de seus afastamentos legais.
- Ressalta-se que, por conveniência da Administração, os nomes dos gestores e fiscais, e seus substitutos, poderão ser alterados a qualquer momento durante a vigência do contrato.
- As atribuições e procedimentos de atuação dos gestores e fiscais do contrato serão realizados em conformidade ao que dispõe o “Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do MPRO”.

10. DOS ASPECTOS DA CONTRATAÇÃO**10.1. Obrigações Gerais do MPRO**

- Publicar no Diário Eletrônico do MPRO o extrato da contratação;
- Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto;

- c) Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela contratada através de seus representantes legais;
- d) Notificar a contratada sobre toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação e quaisquer falhas ocorridas, para a imediata adoção das providências de saneamento;
- e) Efetuar o pagamento da fatura no prazo avençado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;
- f) Deduzir e recolher na fonte os tributos pertinentes sobre os pagamentos efetuados à contratada;
- g) Decidir sobre eventuais alterações necessárias acerca da contratação, nos limites permitidos por lei, para melhor adequação de seu objeto;
- h) Colocar à disposição da contratada os elementos e informações necessários à execução do objeto;
- i) Receber o objeto e atestar a sua fatura correspondente, na forma estabelecida neste Termo de Referência;
- j) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos desenvolvidos pela contratada para execução do objeto.

10.1.1. Obrigações Específicas do MPRO:

Não há obrigações específicas do MPRO na presente contratação.

10.2. Obrigações Gerais do Fornecedor

- a) Cumprir rigorosamente todas as condições e obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e/ou qualquer instrumento dele advindo;
- b) Entregar/executar o objeto conforme discriminado em sua proposta, de acordo com as especificações e condições exigidas na cotação, e substituindo qualquer item que, a juízo do MPRO, não esteja de acordo com o ajustado;
- c) Manter, durante o período da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da elaboração da proposta;
- d) Assumir a responsabilidade pelo pagamento dos tributos e encargos resultantes da execução do objeto;
- e) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MPRO, solucionando de imediato todas as ocorrências relacionadas ao objeto;
- f) Prestar assistência técnica, às suas expensas, durante todo o período de garantia do objeto, quando couber;
- g) Assumir inteira responsabilidade por quaisquer eventuais danos ou prejuízos causados ao MPRO ou a terceiros no cumprimento do objeto;
- h) Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, por parte do MPRO, prestando todos os esclarecimentos solicitados acerca da execução do objeto;
- i) Comunicar ao MPRO, por escrito, quaisquer anormalidades ocorridas durante a execução do objeto e prestar os esclarecimentos solicitados;
- j) Cumprir os prazos previamente estabelecidos pelo MPRO para a execução, reparo, correção, remoção, substituição ou ressarcimento de bens e/ou serviços do objeto.

10.2.1. Obrigações Específicas do Fornecedor:

Não há obrigações específicas do fornecedor na presente contratação.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “j” da Lei 14.133/21)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no “Orçamento Geral do MPRO”, conforme informação da disponibilidade orçamentária e financeira da Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF) juntada aos autos.

12. DO PAGAMENTO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “g” da Lei 14.133/21)

12.1. Prazo e Forma

O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela(s) Contratada(s), no prazo informado no boleto de pagamento.

13. DAS PENALIDADES

- a) Em caso de descumprimento, sem justa causa, das obrigações assumidas, a empresa ficará sujeita às penalidades da Lei nº 14.133/2021, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, os quais deverão ser devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, resguardado o direito ao contraditório e ampla defesa.
- b) O atraso injustificado na execução do objeto ou o descumprimento das obrigações estabelecidas sujeitarão a licitante vencedora à multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitado a 30 (trinta) dias, sobre o valor da parcela contratada, a qual será recolhida no prazo máximo de quinze dias, uma vez comunicada oficialmente.
- c) Transcorrido o prazo máximo de 30 (trinta) dias de atraso na execução do objeto, o MPRO poderá rescindir o contrato ou cancelar a ata de registro de preços.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Lacerda de Araújo, Chefe de Seção de Infraestrutura**, em 03/10/2024, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cyntia Karolline França Lobo Maia, Assessor Técnico**, em 03/10/2024, às 13:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mpro.mp.br/verifica.php> informando o código verificador **1807292** e o código CRC **96918071**.